



Novos Cadernos NAEA

v. 19, n. 3, p. 277-284, set-dez. 2016, ISSN 1516-6481 / 2179-7536

RESENHA

Livro: CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio (Orgs.). Formação socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015. 640 p.

Larissa Carreira da Cunha - Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPDSTU/NAEA/UFPA. Bolsista CNPq. E-mail: larissacarreirac@gmail.com

Fabricio Borges Santa Brigida - Doutorando em comunicação, linguagens e Cultura pelo programa de pós-graduação comunicação, linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia. PPCLC/UNAMA. E-mail: fabricio.pedagogico@gmail.com

Tienay Picanço da Costa Silva - Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPDSTU/NAEA/UFPA. Bolsista CNPq. E-mail: tienay.costa@gmail.com

O livro formação socioeconômica da Amazônia é integrante da coletânea Formação Regional da Amazônia que congrega mais três volumes: 1. Formação institucional da Amazônia; 2. Formação socioambiental da Amazônia; 3. Sustentabilidade dos municípios Amazônicos. O trabalho foi resultante da pesquisa desenvolvida no projeto “Fortalecimento institucional para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, sob responsabilidade da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IPPA). As seções do livro recomendam, enquanto público leitor, pesquisadores, professores, discentes de graduação e pós-graduação interessados pela temática da formação socioeconômica da Amazônia.

Neste volume, são discutidas as questões sobre a formação socioeconômica dos estados da Amazônia legal, no qual são destacadas as similitudes entre cada território, bem como as diferenças. A obra destaca o avanço nos territórios de domínio indígena durante a expansão colonial, bem como os conflitos recentes, a partir da segunda metade do século XX, resultando em novas dinâmicas de mercado no contexto da implementação de grandes obras de infraestrutura, sob a política desenvolvimentista, e ainda com processo de migração e incentivo aos setores econômicos capazes de aumentar a exploração de recursos naturais.

O livro está composto pelos seguintes capítulos: 1. Formação socioeconômica da Amazônia; 2. Formação socioeconômica do Estado do Acre; 3. Formação socioeconômica do Estado do Amapá; 4. Formação socioeconômica do Estado do Amazonas; 5. Formação socioeconômica do Estado do Maranhão; 6. Formação socioeconômica do Estado do Mato Grosso; 7. Formação socioeconômica do Estado do Pará; 8. Formação socioeconômica do Estado de Rondônia; 9. Formação socioeconômica do Estado de Roraima; 10. Formação socioeconômica do Estado do Tocantins.

As relações entre portugueses e grupos indígenas que ocupavam a costa atlântica da província do Grão-Pará, Maranhão e as áreas interiores foram marcadas por confrontos sangrentos. Os documentos pesquisados sobre o período colonial mostram o extermínio de um imenso número de aldeias e deslocamento forçado para territórios distantes, considerados mais seguros, assim como evidenciam a narrativa sobre as dificuldades encontradas pelos colonizadores em sua “saga da conquista”. Os relatos de missionários, viajantes e naturalistas constituem um conjunto importante da literatura sobre a Amazônia colonial.

Algumas regiões que hoje correspondem a determinados estados da Amazônia legal possuíram presença mais forte de mocambos de índios e de pretos, observando-se cinco grandes concentrações de empreendimentos econômicos e a presença de escravos que se localizam nas seguintes regiões: 1. Marajó e ilhas do estuário, vale do baixo Tocantins, Belém e áreas do entorno, Acará, Moju, Bujaru, Igarapé-Miri, Capim, Barcarena, Beja e Conde; 2. Região Bragantina, Santa Isabel, Colares, Vigia, Igarapé-Açu, Guatipuru, Vizeu; 3. Região do médio Amazonas, tendo como epicentro a cidade de Santarém e se estendendo para o norte (Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná).

A escravidão e a organização colonial da produção conformam as estruturas que permitiram a consolidação e expansão da fronteira colonial, com destaque para a produção do cacau que representou ganhos substanciais para a coroa. Barata (1973, p. 320) embora considere que a agricultura sucumbiu “debaixo da influência nociva dessa deslumbrante e áurea miragem do lucro rápido e fácil,

mas efêmero”. Os interesses que moviam a revolução industrial, financiavam a busca de novos materiais, a descoberta de processos e de métodos essenciais aos circuitos econômicos e às dinâmicas do capitalismo industrial na conquista de territórios e mercados.

O período de 1616 a 1750 foi marcado pela instalação de postos coloniais que, ao redor de fortes e missões religiosas, deram origem as primeiras vilas e cidades da Amazônia. De modo convergente, a ocupação dos territórios regionais se deu com base na exploração da mão-de-obra de indígenas e caboclos, na expropriação de terras, bem como nos processos de destribalização e aculturação dos sujeitos. O projeto colonial de dominação dos grupos indígenas amazônicos esteve sob a responsabilidade e sistematização da “companhia de Jesus”, jesuítas, cujos os objetivos giravam em torno do monopólio do comércio colonial; a presença e dominação econômica dos religiosos esteve presente até o início do período pombalino (1750), quando a sonegação de impostos ao governo português (consequentemente acompanhada do empobrecimento local) se tornou insustentável à corte lusitana.

Os movimentos de expansão colonial também foram marcados pela estereotipação regional; relatos de viajantes, naturalistas e missionários tratavam as florestas como exuberante, rica em rios, lagos, igapós, várzeas, baías, uma vasta riqueza natural. Considerando as relações entre “saber” e “poder”, é alarmante reconhecer que a produção de conhecimento sobre Amazônia segue envolta de discursos mistificados. Mais alarmante ainda, é constatar os efeitos negativos que o desdobramento do campo epistemológico para o político imprime sobre a realidade de uma região tão marcada por pressões sociais, ambientais, econômicas e por movimentos contraditórios envolvendo exploração, desenvolvimentismo e sustentabilidade.

Os 400 anos de exploração da fronteira amazônica nunca estiveram deslocados da economia extrativista. As províncias do Grão Pará e Maranhão, eram incentivadas pela coroa portuguesa, de modo que a circulação de riquezas alicerçava a relação entre a colônia e a metrópole. O Pará foi pioneiro na expansão de café, assim como outros extrativos; é válido ressaltar que este desenvolvimento comercial aumentou significativamente o tráfico negreiro e a precariedade social na região, já quase todos os produtos inseridos nas atividades econômicas coloniais demandavam força de trabalho escravo.

A constituição dos estados amazônicos reflete uma dinâmica socioeconômica excludente, seja do ponto de vista local, regional ou global; o desenho institucional configurado ao longo da história não correspondeu às expectativas de um desenvolvimento capaz de alterar a realidade segregacionista

na qual a trajetória amazônica está firmada. Como exemplo, destaca-se a criação da Província do Amazonas no contexto do Brasil independente, cujo o projeto fez emergir a falsa ideia de que a gradativa transformação das capitâneas em províncias e o estabelecimento de governos locais autônomos poderiam amenizar a precariedade imposta àquele território. Contrariamente, o novo formato administrativo não contribuiu para o desenvolvimento local, como esperado, e a Província do Amazonas permaneceu econômica e politicamente dependente do Pará e do poder central até que a sua economia fosse alterada pelo ciclo da borracha.

É válido ressaltar que a demanda internacional por látex alterou sobremaneira os processos culturais, sociais e econômicos da Amazônia. O estado do Amazonas e do Pará ganharam relevância na economia nacional, em contrapartida, o auge da economia gomífera desarticulava a produção local de alimentos, aumentando o custo de vida e provocando a escassez de trabalhadores nos centros urbanos. O grande volume de exportação da borracha resultou na abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira e, conseqüentemente, na dinamização da comunicação e dos fluxos migratórios da região.

Assim sendo, o ciclo da borracha (1850-1920), acompanhado das políticas governamentais de ocupação, fortaleceram as dicotomias regionais: estrangeiros e brasileiros coabitavam os centros urbanos, ao passo que milhares de imigrantes, em sua maioria nordestinos, eram direcionados a trabalhar em distantes seringais; e embora os vínculos comerciais e culturais das províncias do Pará e do Amazonas fossem estabelecidos com a França e Inglaterra, o cenário local era completado por caboclos e tapuias que permaneciam ocupando as margens dos rios.

Infere-se portanto, que a constituição demográfica dos estados da Amazônia corresponde diretamente às interações econômicas do espaço. Nesse sentido, Trovão (2008) destaca o quão interdependente estavam as correntes migratórias que povoaram a província do Maranhão e Piauí das dinâmicas extrativistas locais: a “corrente do litoral” (século XVII), a “corrente da pecuária” (século XVIII) e a “corrente de migrantes da seca” (século XIX) se deram em favor da produção de arroz, algodão e cana-de-açúcar (século XIX); bem como da criação de gado e do acesso a recursos florestais e áreas agriculturáveis, respectivamente.

Os processos migratórios estimulados pelas políticas governamentais e a nova composição demográfica regional gerou epidemias e o aumento da mortalidade em território amazônico, sobretudo da população indígena remanescente. A ocupação de terras indígenas e os projetos integracionistas na região foram responsáveis, ainda, pela imposição de novos padrões culturais e pelo agravamento de conflitos sociais, perpetrados no decorrer das décadas seguintes.

No final do século XVIII, a crise colonial coincide com o surgimento do ciclo algodoeiro no Maranhão (boom do algodão) e com o boom da borracha no Pará e Amazonas. Este último, tornar-se-ia insustentável em 1920, após a perda de mercado para os produtores asiáticos. Assim como a ligação da Amazônia com o capital internacional foi (e tem sido) determinante para as condições do desenvolvimento regional, o seu rompimento também o era. Dito isso, após o declínio da economia da borracha retornou-se ao extrativismo e à agricultura de subsistência; nem mesmo o retorno da demanda por borracha durante a Segunda Guerra Mundial pôde evitar o crescimento dos índices de pobreza na região.

No estado do Mato Grosso, ainda no século XVIII, o sistema extrativista embasado no ouro também chegara ao declínio. A decadência das minas afetou a capitania de Mato Grosso ao ponto de a tornar isolada dos demais centros coloniais, uma vez, pois, que Vila Bela e Cuiabá haviam perdido suas funções orgânicas diante das relações capitalistas luso-brasileiras. O isolamento e a instabilidade produtiva são transversais à história da formação econômica e social não apenas do Mato Grosso, mas dos outros estados amazônicos, de modo geral. A manutenção de um sistema produtivo eficiente e rentável, pelo menos para as elites, sempre constituiu um relevante desafio regional, não mais árduo do que aquele condizente ao estabelecimento de sistemas capazes de gerar integração sociocultural e qualidade de vida às populações amazônicas.

A crise da borracha, o Estado Novo (1937-1945) e o agravamento dos conflitos derivados do funcionamento econômico foram responsáveis pela recriação de institucionalidades vigentes, no Brasil, e particularmente na Amazônia. Deste modo, diante das decorrências críticas conjunturais (e estruturais), instituiu-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, direcionado à geração de infraestrutura regional. Os investimentos seriam direcionados aos sistemas de transportes, comunicações, energia e saúde; posteriormente, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPEVEA) deu lugar à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A década de 1950 demarca, portanto, o início do processo de implantação dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia; foi nessa conjuntura que em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Zona Franca de Manaus (ZFM). Hobsbawn (1994) e Silva (1997) destacam que o estabelecimento de Zonas Francas corresponde a um mecanismo de dinamização econômica instituído enquanto contraponto ao processo de descentralização industrial desenvolvido após o fim da Segunda Guerra Mundial. Deve-se, portanto, considerar a importância da ZFM diante da necessidade de desterritorialização técnica e social da produção capitalista.

Analisando a ZFM e seus respectivos impactos sobre a formação socioeconômica do estado do Amazonas, destacam-se os processos de urbanização e industrialização, acompanhados de estratégias de contorno ao protecionismo, estabelecidas a partir da articulação dos interesses local, nacional e internacional. No plano social, o estado do Amazonas (se comparado ao período da extração da borracha) passou a apresentar um mercado de trabalho mais regular, e consideravelmente mais distante das condições servis do sistema de aviação vigorado no século anterior. Apesar disso, embora o objetivo central do Governo fosse acelerar a produtividade industrial no país e escapar da estagnação econômica, a ZFM implantada tornou-se basicamente exportadora, uma vez que a população regional permanecia com baixo poder aquisitivo, inviabilizando o desenvolvimento do consumo local.

É possível assinalar diversos pontos em comum entre a intervenção desenvolvimentista do Governo Federal da segunda metade do século XX e as políticas de ocupação implementadas na Amazônia desde o século XVII: ambos os contextos históricos refletem colonialidade, dominação e exploração de recursos materiais e imateriais. O caminho do progresso tem custos irreparáveis aos que lhe são impostos; Empreendimentos como o “Projeto Carajás”, a “hidrelétrica de Tucuruí”, ou o mais recente projeto “Belo Monte” estão diretamente articulados com a degradação de florestas, a expropriação e apropriação de terras indígenas, bem como à constante expulsão direta e indireta de trabalhadores de suas terras em busca de trabalho na construção de projetos hidrelétricos, mineradores ou de transportes são apenas alguns, dentre os inúmeros desdobramentos acoplados aos processos de desestatização, de privatização e de “reestruturação produtiva” que seguem agravando as condições de pobreza dos estados amazônicos.

As intervenções do governo federal também se deram no âmbito fiscal; desde o ano de 1994 iniciou-se no um ciclo de reformas que foram marcadas por um processo de ajustes econômicos, fortemente restritivo. Em 1997, a dívida do estado do Pará foi renegociada, alcançando assim, um relativo equilíbrio monetário; os incentivos fiscais, que tinham até 15 anos para sua realização e para serem habilitados, foram importantes nesse processo, promovendo retomada dos caminhos da industrialização. Todavia, os projetos de incentivo fiscal destinados à Amazônia, de modo geral, têm se mostrado incapazes de alterar a lógica de desenvolvimento econômico baseada no modelo primário de exportação.

Vale ressaltar que a ideologia desenvolvimentista tem impactado não apenas na (trans)formação socioeconômica dos estados amazônicos, mas ainda, nos caminhos políticos por estes trilhados. As mudanças entre 1960 e 1990 culminaram em profundas alterações na dinâmica espacial do território

amazônico. No Tocantins, a ocupação populacional da cidade de Palmas se deu de forma desorganizada e invasões de terras eram freqüentes. Já em relação ao Maranhão, observa-se que, desde o período militar, o estado teve seu poder político centralizado nas mãos de grupos locais, administrados por núcleos familiares, tradicionais ou emergentes. Fortalecem-se, assim (e não só no Maranhão), as políticas oligárquicas, invariavelmente associadas à grilagem e a conflitos agrários.

Se a recente reconfiguração econômica da Amazônia tem girado em torno da abertura a novos mercados e de projetos agropecuários e minerometalúrgicos, resta aos setores público e privado equilibrarem seus respectivos interesses em prol da diminuição das externalidades advindas do contexto neoliberal. Assim sendo, diante da histórica dependência do capital externo, bem como das tecnologias estrangeiras, o desafio amazônico (e por que não brasileiro) consiste em formar cidadãos que não sigam alienados aos processos decisórios que, embora possam acontecer a nível transnacional, seguem impactando nas condições de vida locais.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio (Orgs.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. 640 p.

BARATA, M. Formação Histórica do Pará. Belém: UFPA, 1973. P.319-320. Coleção Amazônica

HOBSBAWN, E. **A era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. 2ed. São Paulo: companhia das letras, 1994.

SILVA, M. C.da. Metamorfoses da Amazônia. 1997. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

TROVÃO, J.R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. (cadernos IMESC, 5)

